

Cascavel, 19 de agosto de 2024

**Referência:** Processo e-protocolo nº 21.999.845-7  
Pregão Eletrônico 0831/2024 – UNIOESTE/HUOP

**Ementa:** Análise de pedido de recurso em face da empresa declarada vencedora  
BRASAGUA - TRATAMENTO DE ÁGUA E EFLUENTES DO BRASIL LTDA

## **I - DOS FATOS**

Trata-se de pedido de recurso, enviado pela empresa LLS SERVICOS DE SANEAMENTO LTDA, CNPJ sob o nº 26.779.985/0001-99, na licitação cujo objeto é o Pregão Eletrônico 0831/2024 cujo objeto é o tratamento da água.

A empresa recorrente relata que a empresa vencedora não apresentou a exigência do Edital, item 10.7.1.1.4, sobre a apresentação de contratos de prestação de serviços ou notas fiscais junto ao Atestado de Capacidade Técnica.

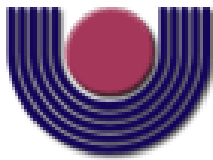
Tratando-se de análise técnica, os fatos relatados pela empresa recorrente e pela empresa então vencedora, foram encaminhados para apreciação da Equipe Técnica, cuja é a competência.

Passaremos aos esclarecimentos e manifestações do que compete à análise da Equipe Técnica. Considerando que a pregoeira não detém conhecimento técnico específico para julgar os quesitos técnicos exigidos em Edital, daí a necessidade de segregar as competências no processo licitatório resguardando o fiel cumprimento dos princípios que regem a Administração Pública.

Neste sentido, o instrumento convocatório aponta que qualquer esclarecimento e informações sobre documentação técnica e sobre os produtos são de atribuição da equipe técnica.

Dito isto, segue parecer emitido pela equipe técnica:

“É possível voltar a etapa de habilitação do certame, para sanar o erro de avaliação, em virtude do interesse público e prol do menor preço ofertado, conforme os princípios da economicidade do processo licitatório.”



Juliana Cristina Borguezam Rocha,  
Responsável pela avaliação técnica.

Passaremos aos esclarecimentos e manifestações do que compete à análise da Assessoria Jurídica:

Considerando os Princípios que regem a Administração Pública, existe a possibilidade de aplicar o princípio do formalismo moderado e do interesse público para amenizar a desclassificação.

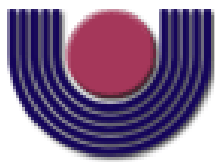
Em atenção ao disposto no art. 64, § 1º da Lei 14.133/2021:

**"Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação".**

Este dispositivo legal permite à comissão de licitação sanar erros formais, desde que não alterem a substância dos documentos apresentando despacho fundamentado. Isso se aplica à falha apontada, considerando que a falta dos documentos solicitados não altera a capacidade técnica substancialmente comprovada pelos atestados já apresentados.

Da mesma Lei, cito o artigo 67, caput: **"A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a [...]".** Este artigo destaca a limitação da documentação de qualificação técnica a certos documentos, reiterando que outros documentos complementares podem ser solicitados, desde que não comprometam a substância. No mesmo diploma legal se extrai o art. 71 inciso I:

**"Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá: I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades".**



O dispositivo citado permite à autoridade superior determinar o retorno do processo para corrigir irregularidades, como é o caso da ausência do contrato de prestação de serviço autenticado ou das notas fiscais.

É juridicamente possível o retorno à fase de habilitação para que a empresa BRASÁGUA apresente os documentos faltantes, em conformidade com a Lei 14.133/2021 e diretrizes do TCU, visando garantir a economicidade – proposta mais vantajosa - e o interesse público no processo licitatório.

Tal medida é amparada pela possibilidade de saneamento de falhas formais sem prejuízo ao princípio da isonomia e à competitividade do processo licitatório, conforme estabelecido pela Lei 14.133/2021.

Recomenda-se, portanto, que a comissão de licitação determine o retorno dos autos à fase de habilitação, solicitando à empresa BRASÁGUA a apresentação dos documentos exigidos (cópia autenticada do contrato de prestação do serviço ou notas fiscais), atualizado o processo nos termos legais e regulamentares pertinentes.

## **II – CONCLUSÃO**

Diante dos fatos relatados, considerando o contido no recurso, e no parecer da Equipe Técnica, e da análise da assessoria jurídica, esta comissão recebe o recurso, por ser tempestivo, julga-o improcedente, negando-lhe provimento.

Dessa forma, o certame voltará para a etapa de julgamento.

À elevada apreciação do Diretor Geral, considerando os apontamentos desta subscritora.

Atenciosamente,

Aline Pereira do Amaral Camargo  
Técnico Administrativo/Pregoeira  
Setor de Licitação/HUOP